

Vozes que precisam ser ouvidas

 SOCIEDADE ABERTA

Paulo Palm
SENADOR (PT-RS)

Recentemente cerca de dois mil aposentados adentraram o Congresso Nacional com tão somente um grito na garganta: 'aposentado unido, jamais será vencido'. Esses homens e mulheres de cabelos 'prateados' e vindos de todos os cantos do país como que em uma cívica romaria exigiam que nós, parlamentares, tivéssemos olhos firmes e gestos decididos. Eles clamam por justiça e o cumprimento de seus direitos de cidadão.

Os aposentados e pensionistas desejam ver aprovados o fim do fator previdenciário (PL 3299/08), a recuperação de seus benefícios com base no número de salários mínimos que recebiam no mo-

mento das aposentadorias (PL 4434/08) e a aprovação da emenda ao PL 1/07 a qual estende a todas aposentadorias e pensões, até 2023, o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo.

Todas essas matérias são de nossa autoria e já foram aprovadas no Senado Federal. Atualmente elas tramitam na Câmara dos Deputados. Os aposentados pedem ainda a derubada do veto presidencial à emenda, também de nossa autoria, que reajusta as aposentadorias e pensões em 16,67%, índice do reajuste dado ao salário mínimo em 2006 (Veto parcial 17/06 ao PLC 18/06).

No momento é imprescindível que haja pressão popular junto aos deputados e senadores. Pressão essa para que as matérias sejam colocadas em pauta, para que os prazos acertados sejam cumpridos e, principalmente, para que os parlamentares assumam suas posições e votem em favor de milhões de bra-

No momento é imprescindível que haja pressão junto aos deputados e senadores

sileiros que ano após ano vêm seus benefícios serem reduzidos.

Não existe razão para que as matérias não sejam aprovadas em suas formas originais. Dinheiro para tal existe. Como o próprio presidente Lula disse em recente entrevista a uma revista de circulação nacional, 'a Previdência não tem déficit'. Seguindo o presidente, "(...) o Tesouro joga nas costas da Previdência os gastos com a Seguridade Social. Mas as receitas da Previdência cobrem os gastos com suas pensões."

E exatamente isso que há anos estamos dizendo e que alguns cos-

tumam refutar. O próprio presidente concorda com a inexistência de déficit. Por isso, além de aprovar os projetos que estão na Câmara, solicitamos a aprovação da PEC 24/03 que determina que os recursos da Seguridade Social não sejam, em hipótese alguma, destinados a outros fins.

O cenário atual alerta ainda para a importância do fim do voto secreto (PEC 50/06). Afinal, não podemos continuar aprovando projetos nas Casas legislativas, muitas vezes por unanimidade, e depois, quando vemos as matérias vetadas, termos os vetos mantidos. Isso é incoerente e prejudicial aos trabalhos do Legislativo, tal como o uso indiscriminado de medidas provisórias.

Em 23 anos no Congresso nunca vimos um veto ser derrubado, a não ser a partir de acordos feitos com o Executivo. Em um país livre e democrático como o Brasil, o instrumento do voto secreto não

tem razão de ser. É preciso ficar claro que cada homem e mulher deste país têm o direito de saber como agem seus representantes. Para isso, insistimos, é fundamental o fim do voto secreto.

Apenas com transparência em nossas ações poderemos atingir o nível de democracia que se pretende. Vamos mais além. Somente agindo de forma cristalina estaremos, de fato, trabalhando pelos interesses daqueles que nós deram uma procuração para os representar.

O momento de mostrar o comprometimento com essa busca pela clareza é agora. Ao votarmos e aprovarmos as matérias que beneficiam aposentados e pensionistas, estaremos mostrando a todos os brasileiros, ativos ou inativos, de que lado estamos. É preciso assumirmos nossas ações. É urgente escutarmos e entendermos os apelos daqueles que buscam, que lutam para que suas vozes sejam ouvidas.